

O ACORDO ORTOGRÁFICO E O ENSINO DA LÍNGUA

António J. Lavouras Lopes

A razão de ser do acordo ortográfico – a unificação ortográfica – é um valor absoluto e inquestionável. Entretanto, no domínio do uso da língua, a reforma da ortografia terá dois efeitos contraditórios: permitirá, obviamente, maior facilidade na escrita, mas criará mais dificuldades na leitura. Além disso, no plano estritamente linguístico, são previsíveis mudanças estruturais. A grande responsabilidade da aplicação do acordo recai sobre a escola e o seu ensino da língua, mas, pelo menos até agora, o seu alheamento é notável.

Este acordo representa mais um passo, embora tímido, se comparado com a versão inicial, no sentido da unificação (em todo o espaço de língua portuguesa) e da simplificação da ortografia, na sequência das reformas de 1911 e 1945.

Num primeiro momento de tentativa de codificação e normalização da língua, com os nossos primeiros gramáticos – Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) –, configurou-se uma escrita tendencialmente fonética. Num segundo momento, passadas apenas algumas décadas, com os ortógrafos Pêro de Magalhães de Gândavo (1574) e Duarte Nunes de Leão (1576), a escrita etimológica surge com toda a sua pujança.

Estas duas atitudes díspares quanto à representação escrita são, respectivamente, a expressão do orgulho da língua falada difundida pelos navegadores e da frustração do declínio abrupto de Portugal. Fernão de Oliveira valorizava a oralidade, procurando espelhá-la na escrita; Duarte Nunes de Leão desprezava a oralidade e dela afastava a configuração da palavra escrita.

Nesta questão da língua ganhou a escrita artificial. De facto, a escrita etimológica, engalanada com as relíquias gregas e latinas, durou tanto como a monarquia. São conhecidos os autores que a defenderam e consolidaram, entre os quais se destaca Madureira Feijó, na primeira metade do século XVIII, com a sua *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*. Note-se que os fonemas [t] e [f] da palavra *ortografia* estão representados, respectivamente, pelos dígrafos *th* e *ph*.

A escrita etimológica era emblemática, símbolo da distinção das elites letradas, como reconhece Jerónimo Soares Barbosa, na sua *Grammatica Philosophica*, em 1822: “Mas esta Orthographia [da pronunciação], ou por fácil, ou por estranha ao uso presente da Nação, não he do gosto dos homens litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as etymologias, julgarião ter perdido seus estudos, se por isso se não distinguissem do vulgo imperito” (1834 (2.ª ed.): 57).

Este artificialismo ortográfico é abalado com a intervenção de Gonçalves Viana, no início do século XX, e termina oficialmente com a reforma de 1911. Os princípios em que a primeira reforma ortográfica assenta encontravam-se já na *Ortografia Nacional* deste autor, publicada em 1904. Note-se que a

palavra *ortografia* se encontra agora, obviamente, expurgada dos dígrafos etimológicos. As palavras de Gonçalves Viana sobre a condenação da escrita etimológica são inequívocas: “Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenho dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um erro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a consequente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quasi sem protesto” (Viana, 1904: 8 e 9).

A reforma preconizada por Gonçalves Viana assenta em quatro bases fundamentais, por ele enunciadas:

«I. Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega, *th*, *ph*, *ch* (= *k*), *rh*, e *y*.

«II. Redução das consoantes dobradas a singelas, com excepção de *rr* e *ss* mediais, que tem valores peculiares.

«III. Eliminação de consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.

«IV. Regularização da acentuação gráfica.» (Viana, 1904:17).

Uma das consequências dessa reforma, segundo o próprio autor, seria a redução dos “erros ortográficos possíveis” (*ibid.*: 18). Também com o novo acordo, agora em vias de aplicação, se almeja a redução dos erros ortográficos. De algum modo isso sucederá, por força das alterações introduzidas. Mas, para que os efeitos sejam notórios, necessária se torna uma nova atitude da escola quanto ao ensino da língua. E ela é premente, devido aos efeitos do acordo no domínio da leitura e da consequente possível mudança linguística. Consideremos, a seguir, os efeitos e consequências do acordo ortográfico a partir das alterações introduzidas na acentuação, no uso do hífen e na representação das consoantes mudas.

1. Acentuação

As regras de acentuação gráfica fixadas em 1945 têm um fundamento lógico, que é necessário conhecer para bem as aplicar. Essa lógica radica na fonética e na fonologia da língua, pelo que, perante o desconhecimento do funcionamento da língua neste domínio, não há prática que resulte nem decoração de regra que salve.

O carácter empirista do ensino da língua, caminho pressupostamente mais curto para o desenvolvimento de competências, não deixa espaço para a reflexão sobre a estrutura da língua nem tempo para a explicitação das regras do seu funcionamento. No caso da acentuação gráfica, os alunos chegam ao 10.º ano apetrechados de um *saber-fazer* que pouco tem de saber e com que pouco se faz. E no final do 12.º ano não se verificam alterações substanciais. Não sabem e não chegam a saber o que é uma letra, o que é um som e que os dois não são exactamente a mesma coisa. A incredulidade dos alunos é

espantosa, quando se lhes diz que as vogais do português são nove e não cinco.

Através da análise de um conjunto vasto de erros de acentuação de alunos dos 10.^o, 11.^o e 12.^o anos, em vários anos lectivos, depreende-se a intuição de uma outra lógica que não a subjacente às regras vigentes.

Os alunos não apreendem, por exemplo, o carácter distintivo do acento. Assim, grafam sem acento *último*, *início*, *saíam*, *caía*, *está*, etc., resultando as palavras homógrafas *ultimo*, *inicio*, *saíam*, *caia*, *esta*.

Também não têm a noção de que o acento assinala a tonicidade da vogal e não o timbre. Por isso, colocam o acento gráfico nas vogais átonas de *espectáculo*, *possivelmente*, *vadio*, *acerca*, *flexionai*. Da mesma forma, usam o acento em vogais tónicas, não com a preocupação de assinalar a tonicidade, mas novamente o grau de abertura, como em *cor*, *ver*, *estado*, *estava*.

A imagem gráfica da palavra parece desempenhar um papel importante. Assim, palavras acentuadas graficamente transportam o acento para os respectivos derivados, como em *pessimista*, *silencioso*, *lexical*. A imagem impor-se-á de tal forma, que o acento se mantém, mesmo quando o timbre não o tolera, como em *glorioso* e *analisar*.

Intuitiva é também em certos casos a analogia. É o caso muito particular dos verbos derivados de *pôr*, que são frequentemente grafados com acento – *compôr*, *impôr*, *expôr*, *propôr*. Iguualmente analógico de *pôr* será *cor*.

Mesmo quando interiorizam as regras, a sua aplicação é geralmente problemática. É frequente enunciarem bem, por escrito, a regra das esdrúxulas e, na própria enunciação, grafarem a palavra *esdrúxula* sem acento.

Esta realidade é detectável para além dos muros da escola, como bem nos apercebemos em muito do que é escrito e publicamente lido. Isso demonstra que a escola cumpriu mal a sua função.

A entrada em vigor do novo acordo ortográfico deveria já ter provocado um sobressalto na escola, porque muitas coisas vão mudar no domínio da escrita, e desde logo na acentuação gráfica. Os professores de Português deveriam estar já a receber formação adequada. Os instrumentos didácticos – gramáticas, dicionários, prontuários, tratados de ortografia – deveriam sofrer as necessárias adaptações.

Embora dos três domínios – hífen, consoantes mudas e acentuação – seja neste último que se verificam menos alterações, não deixa de ser imperiosa uma reflexão profunda, até porque em alguns casos há interligações com os outros dois. Acontece isso na supressão do acento gráfico em *pára* (do verbo *parar*), que, como elemento de formação de palavras, introduz perturbações nos derivados. Deixa de se distinguir graficamente do homógrafo *para-* (ideia de aproximação). Confronte-se, por exemplo, *para-brisas* e *paramédico*. O *Dicionário da Língua Portuguesa 2009*, da Porto Editora, adaptado ao acordo, é vítima da confusão destes dois elementos de formação de palavras indistintos graficamente, pois que regista apenas um, o átono, o que não sofreu alteração.

A interligação da acentuação com as consoantes mudas também se verifica, pois o timbre das vogais

que precedem estas consoantes é variável, e isso não depende apenas do facto de serem ou não tónicas.

A acentuação gráfica é simplificada, porque várias palavras deixam de ter acento. É o caso das graves de ditongo aberto, de formas verbais como *vêem*, *averigúe*, *argúi*, e dos homógrafos de palavras gramaticais. Mas a lógica subjacente às regras de 1945 sofre abalos, com a contemplação agora de casos particulares em vez de regras gerais, como sucede com *pôr* e *pôde*, que mantêm o acento, a par de *pára*, que o perde, ou, para maior complicação, de *amámos* e *dêmos*, em que é facultativo, ou, ainda, de *forma*, em que igualmente se aplica a facultatividade. Trata-se de matéria suficiente para exigir uma melhor preparação dos professores e uma conseqüente maior atenção ao ensino da acentuação gráfica.

2. Uso do hífen

O hífen é de uso recente na língua. Os compostos surgiram tardiamente e na flexão verbal pronominal a aglutinação começou por ser uma prática. Verifica-se isso, por exemplo, no texto da gramática de Fernão de Oliveira (1536).

As regras de 1945 são de difícil compreensão e de aplicação ainda mais difícil. O hífen tem sido, por isso, um factor de perturbação da escrita. No novo acordo, neste domínio, a simplificação das regras é evidente, embora se tenha ficado bastante aquém da versão original.

Para os alunos que chegam ao ensino secundário, e para muitos que o concluem, o hífen é objecto de distribuição a esmo e não de acordo com regras. Ou então funciona também aqui uma certa intuição, nascida talvez de observações alheias e de práticas pessoais, que se afasta muito do que está legislado.

Nos textos dos alunos, como em alguns textos públicos, cujos autores, naturalmente, também foram alunos, nota-se a tendência para a separação de elementos, autonomizando o que deve estar ligado por hífen e hífenizando o que é aglutinado. Eis alguns exemplos de alunos dos 10.^o, 11.^o e 12.^o anos: *semi-aberto*, *semi-fechado*, *semi-vogal*, *ante-penúltimo*, *ultra-violeta*, *auto-tanque*, *auto-defesa*, *ex-comungado*, *super-correcção*, *extra-conjugal*, *super limpo*, *ultra romântico*, *anti conformista*, *rádio actividade*, *bem estar*, *pé de meia*.

Estes casos dizem respeito à derivação e à composição. Quanto à conjugação verbal pronominal, a tendência de separação do inseparável é notória. Exemplos: *fize-se* (fizesse), *parti-se* (partisse), *acontece-se* (acontecesse), *consegui-se* (conseguisse), *vei-o* (veio), *limpa-va* (limpava), *ama-va* (amava), *banho-o* (banhou), *intere-se* (interesse), *transforma-sem* (transformassem), *insta-la* (instala), *intere-sa* (interessa). Abundam, entretanto, erros de sinal contrário, ou seja, aglutinações erradas. Exemplos: *danos* (dá-nos), *posicionareense* (posicionarem-se), *retratanos* (retrata-nos), *laveio* (lavei-o), *velo* (vê-lo), *refernos* (refere-nos), *disce* (diz-se), *lias* (li-as), *deuse* (deu-se), *mostravasse* (mostrava-se), *usavasse* (usava-se), *pólos* (pô-los).

No que respeita à flexão verbal, os alunos disparam nas duas direcções. Já o mesmo não sucede nos derivados e nos compostos, em que a tendência para

a individualização dos elementos é clara. É, de facto, uma tendência evidente na língua comum. Na própria imprensa encontramos derivados sem hífen, como *super conta* (*Sábado*, 7.03.09, p. 28), *mega fraude* (*Diário de Notícias*, 13.05.09, p. 9), *micro empresas* (*Público on-line*, 15.05.09). Aqui os prefixos são usados como se se tratasse de adjectivos. Os espaços públicos atestam esta tendência. *Pré emergência hospitalar* está assim escrito, sem hífen, nas viaturas deste serviço. As próprias gramáticas da língua evidenciam nas suas páginas esta tendência, ao arpejo das regras em vigor. Elas, que as devem fazer cumprir, afinal também as desrespeitam. Isto passa-se com as nossas duas gramáticas de referência – a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984), e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mateus e outras (2003, 5.ª ed.). Na gramática de Cunha e Cintra, encontramos *supra-laríngeas* (p. 32), *semi-abertas* (p. 33), *semi-fechadas* (p. 33), *semi-oficial* (p. 115). Na gramática de Maria Helena Mateus, encontramos *super-interessante* (p. 963), *super-carro* (p. 963), *mega-concerto* (p. 964), *mini-mercado* (p. 964), *micro-clima* (p. 964), *ante-câmara* (p. 964).

Os próprios dicionários da língua denunciam as oscilações verificadas no uso do hífen. Assim, o *Dicionário da Língua Portuguesa 2003*, da Porto Editora, a par de *mini-saia*, regista as variantes *mini-série* e *minissérie*. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências (2001), regista *maxissaia* e *minissaia*, mas nos exemplos desta última entrada dá *mini-saia*. Estes dois dicionários registam *anti-rugas*, mas *multirracial*. O mesmo Dicionário da Porto Editora dá entrada a *autocensura*, mas define remorso como “sentimento de auto-censura”.

Curiosamente, o novo acordo ortográfico não foi sensível à tendência da língua comum; antes se deixou influenciar pela inclinação das terminologias científicas e técnicas, que é a da aglutinação.

A reformulação das regras do hífen, sobretudo nos derivados, nomeadamente quando o segundo elemento se inicia por *r*, *s* ou vogal diferente daquela em que termina o prefixo, representa uma clara simplificação e é por isso um convite à escola para que proceda, de forma explícita, ao ensino das regras. Novamente, a competência científica dos professores de Português é exigível, agora no domínio da morfologia.

3. Consoantes mudas

A eliminação dos grafemas das consoantes mudas representa uma considerável simplificação da escrita, mas aumenta a dificuldade da leitura e pode gerar uma mudança linguística incontroável.

A questão das consoantes mudas é antiga e esteve sempre presente quando a ortografia foi pensada ou repensada. A escrita tendencialmente fonética de Fernão de Oliveira suprimia muitos grafemas que representavam consoantes mudas. Fazia-o em casos como *dição* (dicção), *sinificar* (significar), *dino* (digno), *sustantivo* (substantivo), *inorante* (ignorante), *amoestar* (admoestar). Não fazia mais do que dar conta da não articulação dessas consoantes na língua

viva de então, a qual, para ele, não era apenas a dos doutos. Era aí que recolhia a forma *eiceições* (excepções), forma popular que se perdeu.

Casos semelhantes surgem n'os *Lusíadas*, trinta e seis anos depois: *corruto*, *malino*, *indino*, *fruto*, *benino*, *dino*, *vitória*, *sutil*. Mas Camões usa também as correspondentes formas relatinizadas, com excepção de *subtil*: *corrupto*, *maligno*, *indigno*, *fructo*, *benigno*, *digno*, *victória*. Usa ainda outras formas eruditas, com articulação ou não das consoantes, como *octavo*, *precepto*, *doctrina*, a par das correspondentes formas populares *oitavo*, *preceito*, mas não *doutrina*.

Foram as formas cultas relatinizadas que fizeram carreira, ficando para o uso popular as outras. O efeito da escrita sobre a pronúncia levou a que algumas destas consoantes já desaparecidas na oralidade (Fernão de Oliveira e Camões não as pronunciavam) ressuscitassem.

Logo após a publicação d'os *Lusíadas*, Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia da Língua Portuguesa* (1576), defende as seguintes grafias: *scriptura*, *significar*, *corrupto*, *docto*, *doctor*, *doctrina*, *soneto*, *precepto*, *pecto*, *perfecto*. Reconhece, no entanto, que algumas destas palavras se pronunciam sem consoante, como *douto*, *doutor*, *doutrina*.

Madureira Feijó, em 1734, considera que se deve escrever *accepção* e não *accessão*, *lacticínio* e não *laticínio*, *escriptura* e não *escritura*, *excepção* e não *exceção*, *signo* e não *sino*, *captiva* e não *cativa*. Mantendo-se embora na escrita, quase todas estas consoantes deixaram de ser articuladas.

Jerónimo Soares Barbosa, em 1822, já reconhecia, relativamente a *acção* e *acto*, que “se alguém assim as escrever [asão, ato], como as pronuncia, creio não cometerá grande crime.” (1830: 84, 2.ª ed.). O uso, que tinha eliminado as consoantes mudas, não pode ser ignorado pelo gramático, contudo não se lhe rende.

Também em função do uso, e ainda do momento da entrada da palavra na língua, o efeito da consoante sobre a vogal anterior (travamento do fechamento de *o*, *e* e *o*) variou. Foram estes dois critérios - articulação e influência na vogal - que determinaram o desaparecimento ou manutenção, na escrita, das consoantes em 1911.

Em 1904, na sua *Ortografia Nacional*, já Gonçalves Viana preconizava a “eliminação das consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal” (p. 17). Este princípio manteve-se em 1945 e foi, como se sabe, uma das grandes razões para o Brasil se desvincular da reforma.

As regras do novo acordo evitarão alguns erros (segundo a reforma de 1945), como estes, registados nos textos de alunos dos 10.º, 11.º e 12.º anos.

a) *Confecionar*, *afeto*, *dialeto*, *refletir*, *abstrairo*, *adotar*, *espetáculo*, *sintático*, *afetar*, *detetar*, *fato*, *dialético*, *predileto*, *exato*, *retificar*.

b) *Actitude*, *práctica*, *doctora*, *victória*, *replecta*, *construcção*, *introductor*, *retractado* (fotografado), *conflicto*.

Em a), trata-se de erros em que o novo acordo é antecipado. Em b), está subjacente aos erros a intuição de que há consoantes que são mudas, logo, erro de ultracorreção.

O grande problema situa-se no domínio do reconhecimento – leitura e descodificação – de palavras pouco frequentes grafadas sem a letra da consoante muda. A questão do reconhecimento põe-se, porque a consoante, na escrita, é muitas vezes a marca de pertença da palavra a uma família histórica. Uma vez ausente, a identificação dessa família torna-se mais difícil, senão impossível. É o caso, por exemplo, de *concepção* e *conceito*, *laticínio* e *leite*, *correto* e *escorreito* ou *adotar* e *optar*.

Embora pouco explorado no ensino, o carácter estrutural da língua, bem conhecido na fonologia, mas também presente no léxico, é a principal garantia da sua aprendizagem e domínio por parte dos falantes. As unidades lexicais estão ligadas umas às outras através de relações semânticas, fónicas e também gráficas. No caso de uma família de palavras, histórica ou sincrónica, os elos formais que ligam os seus membros, a nível da pronúncia ou da grafia, facilitam o reconhecimento e descodificação de cada um deles, bem como o seu grau de prontidão para o uso. Perdidos esses elos, em alguns casos, como vai suceder, será indispensável uma maior reflexão sobre as estruturas em causa, semântica e formalmente.

Concepção é reconhecível como pertencendo à família de *conceito*, sendo a primeira palavra erudita e a segunda popular. O *p* de *concepção*, embora obsoleto, por si, na pronúncia, constitui a marca da pertença de família, juntamente com a semivogal de *conceito* (semivocalização do *p* na forma popular). Se não tiver conhecimento explícito, o falante tem a noção intuitiva desta relação, o que garante a associação semântica e, por conseguinte, a descodificação. Ora, a intuição é muito mais fraca perante *concepção* e *conceito*, já que a cadeia formal que une os dois vocábulos perdeu um dos elos – o *p*. Torna-se então necessária a compensação com o ensino explícito da língua, neste caso das relações lexicais. Caso contrário, corre-se o risco de, no momento da descodificação, *concepção* se afigurar como vocábulo isolado no léxico, ficando o falante desarmado. Famílias de palavras com termos deste tipo passam a abundar na língua. Tomemos como exemplos *eletivo* e *eleitor*, *direto* e *direito*, *fatura* e *feitura*, *factor* e *feitor*, etc.

Nas famílias em que não há termos populares, os vocábulos que perdem o grafema adquirem uma súbita opacidade, ficando isolados ou disponíveis para se associarem a outra família, por falsa etimologia. É o caso, por exemplo, de *adotar*, que poderá tender a filiar-se na família de *dotar*, ou *adoção* na de *doce*. O que a presença do *p* tornava claro obscurece-se com a sua supressão.

Na descodificação de palavras pouco vulgares mais se faz sentir a necessidade do conhecimento da história do léxico e das alterações ortográficas introduzidas pelo novo acordo.

Os falantes têm a intuição da regra geral do fechamento das vogais átonas, e por isso as fecham, de acordo com padrões conhecidos, em palavras novas. Perante palavras que não fazem parte do seu vocabulário activo, os alunos aplicam esta regra geral às excepções. Assim, no *Sermão de Santo António aos Peixes*, do Padre António Vieira, estudado no 11.º ano, lêem, invariavelmente, *pregador* com e mudo, tal

como em Cesário Verde, no mesmo ano, lêem *sadio* com o semifechado. Estes casos, a que se juntam muitos outros (*corar*, *vadio*, *pegada*, *mestrado*, etc.), mantêm a vogal átona aberta por causa da crase, na sequência de hiato provocado pela queda da consoante intervocálica, como se sabe.

Ora, a par deste tipo de excepção à lei do fechamento das vogais átonas, temos os vocábulos eruditos com consoante designada muda, articulada ou não. A supressão do grafema consonântico coloca estas palavras na mesma situação das anteriores, ou seja, sem indicação formal da abertura da vogal átona. Daí a indiscutível dificuldade de leitura, quando se trata de palavras menos conhecidas. Não será, assim, de estranhar que, tal como lêem *sadio*, com o semifechado, passem do mesmo modo a ler *interativo* ou leiam, tal como *pregador*, com e mudo, *detetor* e *refletor*.

O erro de leitura não é gravoso apenas por si mesmo. Ele poderá conduzir a mudanças linguísticas. Para além de filiações espúrias, pode levar a reanálises analógicas com consequências semânticas. Assim, *adotar* pode ser reanalisado como *ad* + *dotar* ou o + *dote* + *ar*, e *inativo* como *in* + *nativo*.

Em algumas palavras, não obstante a manutenção do grafema que representa a consoante não articulada, a vogal precedente já tinha fechado. Trata-se de excepções constituídas por palavras mais antigas e mais usadas. Nestes casos, a supressão do grafema gera uma maior perturbação, nomeadamente através do aumento do número de homónimos. Alguns exemplos: *atuar* (actuar) e *atuar* (a + tu + ar), tratar por tu; *retratar* (retractar), desdizer, e *retratar* (retrato + ar), bem como os respectivos derivados *retratação* e *retratável*. Mesmo em vocábulos em que a vogal se manteve aberta, a supressão do grafema gera homonímia. Exemplos: *ato* (acto) e *ato* (de atar), *teto* (tecto) e *teto* (de *tétum*), *trato* (tracto) e *trato* (derivado regressivo de tratar).

Os pares de homógrafos são ainda mais numerosos e podem eles próprios constituir-se em elementos perturbadores, através da atracção homonímica. O caminho está aberto, porque a ausência da representação gráfica da consoante muda representa a ausência da indicação do timbre da vogal átona precedente. E o fechamento da vogal átona tenderá, naturalmente, a acelerar por força da presença do homógrafo. Um exemplo: *carretar* (corrector), com e semiaberto, e *carretar* (operador da bolsa), com e mudo.

O fechamento da vogal átona, uma vez perdida a marca gráfica de abertura, pode também verificar-se por analogia com parónimos. É o caso de *receção* (recepção) e *recessão*. Aqui a atracção homofónica é provável, já que o termo activo – *recessão* –, o que exerce a influência, é ciclicamente mais usado que o termo passivo. A grafia de outros vocábulos da família, como *recetivo*, *recetividade*, *recetível*, não constituirá, no plano da leitura, qualquer obstáculo a essa analogia.

Caso idêntico pode ser o de *intercepção* (intercepção) e *intercessão*. E o mesmo se pode verificar com termos da família, como *intercetar* e *intercetação*. Há, identicamente, outros casos, como *concepção* (concepção) e *concessão*.

Outros sentidos de possível deriva poderiam ser explorados. Por exemplo, pares de palavras divergentes, como *rutura* (ruptura) e *rotura*, perdem a sua distinção essencial. Passam a diferenciar-se apenas na representação gráfica da vogal da primeira sílaba (efectivamente a mesma vogal, um *u* fechado), o que não é vulgar nos padrões da língua formados a partir do latim. Será natural que as duas formas se fundam numa só, tanto mais que a sua proximidade semântica é forte. Este caso ilustra o aumento da opacidade do léxico. E revela também como a história da língua se obscurece mais.

Enfim, estão criadas condições para que ocorram algumas mudanças linguísticas. Dir-se-á que isso não é um mal, porque a língua é precisamente feita de mudança; que o efeito da escrita sobre o oral sempre se verificou, particularmente através da relatinização, no Renascimento. *Dino*, nessa altura, passou a escrever-se *digno* e assim se passou a pronunciar; só recuperou o *b* etimológico e passámos depois a articulá-lo -sob -, embora essa terminação fosse estranha ao português, ainda por cima em palavra tão frequente. O prefixo de *emalar* perdeu a nasalidade, depois de 1945, por a grafia ter deixado de advertir para ela. Acontece que as mudanças passadas processaram-se e acomodaram-se na língua ao longo dos tempos. O que temos agora, no imediato, são novas realidades de leitura e descodificação que não permitem erro. A escola não o pode permitir. E como toda a gente vai à escola, o erro não pode ser permitido a ninguém. A mudança linguística, portanto, não pode ocorrer. Não deve, pelo menos.

Perante isto, a escola tem que se adaptar, antes que a língua se adapte, com nova preparação dos professores e com novos e eficientes meios didácticos. Veja-se um desses meios, já disponível – o *Dicionário da Língua Portuguesa 2009*, da Porto Editora –, que dá entrada às unidades lexicais com a nova grafia, mas não dá indicação da sua pronúncia, com excepção dos homónimos, franqueando assim o caminho à deriva linguística.

Esta acentuação dos efeitos do acordo na língua não põe em causa o próprio acordo, porque a sua razão de ser é indiscutível; pretende apenas fustigar a passividade com que está a ser encarada a sua aplicação.

Bibliografia

- BARBOZA, Jeronymo Soares (1830). *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, ou Princípios da Grammatica Geral Applicados á nossa Linguagem*. 2.^a ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias (1.^a ed.: 1822).
- BARROS, João de (1957). *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Organizada por José Pedro Machado. Lisboa: s. e. (U ed.: 1540).
- CASTELEIRO, João Malaca (coord.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2 vols. Lisboa: Editorial Verbo / Academia das Ciências de Lisboa.
- CUNHA, António Geraldo da (1980). *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Presença Editores.
- CUNHA, Celso, e CINTRA, Luís F. Lindley (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

- FEYJO, João de Moraes Madureyra (1739). *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*. Segunda Impressão. Coimbra: Na Officina de Luis Seco Ferreyra (1.^a ed.: 1734).
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1981). *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa. Com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Edição fac-similada da 1.^a edição. Introdução de Maria Leonor Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional (1.^a ed.: 1574).
- LIÃO, Duarte Nunes de (1784). *Orthographia da Língua Portuguesa*. Nova Edição. Correcta, e emendada. Lisboa: Typografia Rollandiana (1.^a ed.: 1576).
- MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês Silva, e FARIA, Isabel Hub (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a ed. Coimbra: Livraria Almedina (1.5ed.: 1983).
- OLIVEIRA, Fernão de (1988). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Edição fac-similada [da 1.5 ed. (1536)]. 2.^a ed. Lisboa: Biblioteca Nacional. S. A. (2009).
- Dicionário da Língua Portuguesa 2009*. Porto: Porto Editora.
- VIANA, A. R. Gonçalves (1904). *Ortografia Nacional. Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

